



# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº**  
**(Do Dep. Chico Leite)**

RQ 1999 /2010

LIDO  
Em 23 / 03 / 10

Ao Setor de Protocolo Legislativo para registro e em seguida à Presidência:

- ouvida a Mesa, para deliberar à vista do parecer de relator designado.
- por intermédio do Gabinete da Mesa Diretora, para deferimento ou indeferimento.

Em, 24 / 03 / 10

Itamar Pinheiro Lima  
Chefe da Assessoria de Plenário

Assessoria de Plenário

**Requer informações da Secretaria de Estado de Educação Integral sobre o modelo de educação integral adotado pelo Distrito Federal.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno desta Casa, as seguintes INFORMAÇÕES da Secretaria de Estado de Educação Integral:

- 1) Que a Secretaria informe se há planos para formulação de uma diretriz curricular da educação integral para o sistema de ensino do Distrito Federal, a ser encaminhada ao Conselho de Educação do Distrito Federal para que se transforme numa normativa para o sistema;
- 2) Que a Secretaria responda às críticas, formuladas em Audiência Pública promovida pela Câmara Legislativa (notas taquigráficas em anexo), sobre o fato de o modelo de Educação Integral adotado pelo Distrito Federal ser apenas um plano de educação em tempo integral, olvidando aspectos essenciais à caracterização do paradigma de ensino integral;
- 3) Que a Secretaria informe os motivos pelos quais acredita que os monitores contratados, de formação acadêmica muitas vezes inicial, de primeiro e segundo semestre, estão aptos a assumirem a responsabilidade por atividade de tamanha complexidade pedagógica, principalmente considerando que o Distrito Federal já teve experiência semelhante na década de 1980, com a chamada ampliação da oferta da educação infantil, que foi considerada malsucedida pelos especialistas em pedagogia;
- 4) Que a Secretaria informe que medidas estão sendo tomadas para garantir a adequação dos espaços físicos das escolas que abrigam a educação integral.

ASSASSORIA DE PLENARIO PROT. 18/03/2010 15:18

SPL Nº 1999 2010 - Folha Nº00001

8/1/10

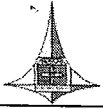
Apesar de convidado, o titular da Secretaria de Estado responsável pelo assunto não compareceu ao evento, em que foram levantados vários questionamentos sobre a implantação desse sistema pedagógico.

Dessa forma, valemo-nos do presente Requerimento de Informações para obter junto ao Secretário esclarecimentos para alguns dos principais pontos suscitados pelos participantes da audiência, bem como encaminhar todo o conteúdo da discussão, por meio das notas taquigráficas em anexo.

Encontra-se, portanto, plenamente justificado o objeto da proposição em epígrafe, devendo o agente público prestar as informações ora requeridas, nos termos do disposto no art. 60, XXXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Sala das Sessões, em

  
**DEPUTADO CHICO LEITE**  
**PT/DF**



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL -<br>ÂMBITO DO DF NO | 1      |

SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, sejam bem-vindos à Câmara Legislativa do Distrito Federal, nesta oportunidade, para participarem da audiência pública destinada a debater o tema A Educação Integral no âmbito do Distrito Federal.

Convidamos para tomar posição à mesa e presidir os trabalhos, S.Exa. o Sr. Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa de Leis, Deputado Chico Leite. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado a todas e a todos os presentes. É uma honra para nós, para o nosso mandato e para esta Casa fazer um debate tão profícuo como este.

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente audiência pública, que tem o fito de debater o seguinte tema: A Educação Integral no âmbito do Distrito Federal. Para tanto, convidamos diversos colegas, amigos, especialistas, interessados no tema pelo eixo da luta sindical e autoridades.

Começarei pela composição da Mesa. Convido para fazer parte da Mesa o Coordenador de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos, professor da UnB, ex-Diretor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Professor Erasto Fortes Mendonça. Convido também para fazer o debate conosco o Professor Dirigente do SINPRO que, em nome daquela entidade sindical, tem feito este debate no curso desses anos conosco, com o nosso mandato,



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL -<br>ÂMBITO DO DF NO | 2      |

Professor José Antônio Gomes Coelho. Foi convidado também o Secretário de Educação Integral do GDF, Sr. Marcelo Aguiar. O convite foi enviado por fax no dia 22 de outubro de 2009, às 14h21min, e confirmado o recebimento. O convite foi reiterado em 2 de novembro de 2009, por carta, com aviso de recebimento. Após duas tentativas, a carta foi finalmente entregue em 18 de novembro de 2009. Em 24 de novembro de 2009, mediante contato telefônico de nossa assessoria, o Sr. Secretário confirmou a participação na audiência, o assessor João Batista. Ontem, no entanto, 26 de novembro de 2009, mediante fax enviado ao gabinete, o Sr. Secretário comunicou que não mais compareceria à audiência. Os documentos estão em anexo para fazer parte da ata, o que quer significar a meu ver que nós teremos mesmo de debater muito o tema, porque o interesse demonstrado pelo GDF como Governo, na pessoa do Sr. Secretário Marcelo Aguiar, pelo que demonstrou o cronograma que relatei, é muito pouco. De maneira que, como a educação pertence a todos e a todas, é direito difuso e transindividual, isso quer dizer que nós precisamos nos empenhar muito no debate. O Sr. Secretário de Educação Integral do MEC também foi convidado e anuncia que, em 5 minutos, estará entre nós, saindo de outro compromisso. Quando chegar, eu o chamarei para compor a mesa.

Considerando que, segundo a própria Secretaria de Estado Extraordinária para a Educação Integral, esta tem como principal objetivo a implantação de uma



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA -<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL NO<br>ÂMBITO DO DF | 3      |

concepção de educação integral que compreenda não apenas a permanência do aluno

S/Regina

Tatiana R03

a permanência do aluno na instituição educacional, durante o dia todo, mas, também, a realização de atividades que possam reforçar e favorecer a aprendizagem, bem como desenvolver as competências inerentes ao desenvolvimento da cidadania – esse texto foi extraído do sítio da própria Secretaria –; considerando que – do mesmo texto – outro eixo a ser perseguido pela educação integral é o da contribuição para a elevação dos indicadores de aprendizado dos estudantes, gerando a possibilidade de crianças e jovens desenvolverem talentos, habilidades e competências em áreas-chaves para o bom desempenho futuro; considerando ainda – do mesmo texto – que não se deve reduzir o projeto de educação integral a simplesmente ampliar a carga horária ou o tempo de permanência do aluno na escola; considerando – extraído do mesmo texto, são palavras da Secretaria – que a proposta de uma educação integral é uma das grandes alternativas para a melhoria dos patamares de educação no Distrito Federal e garantia de sucesso escolar para crianças e adolescentes, é de se indagar. E eu o faço não apenas àqueles e àquelas que estão aqui para o debate, mas aos senhores expositores, Professor Erasto e Professor José Antônio: temos hoje de fato uma



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião   | Página       |
|----------------|----------------|--|--------------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL<br>ÂMBITO DO DF | -<br>NO<br>4 |

concepção de educação integral efetivamente implantada no Distrito Federal? Se temos, que concepção é essa?

Eu quero, fixada a controvérsia, passar a palavra ao Professor Erasto Fortes Mendonça, que pode se pronunciar daqui mesmo ou do púlpito, como mais lhe aprouver, agradecendo o empenho e o esforço que fez para estar aqui e o compromisso que tem com a educação. A palavra é de V.Exa.

SR. ERASTO FORTES MENDONÇA – Quero, em primeiro lugar, agradecer a V.Exa., Deputado Chico Leite, Presidente desta sessão, pelo convite que me fez para colaborar de alguma forma com a reflexão sobre a questão da educação integral aqui no Distrito Federal. Quero também cumprimentar meu colega de Mesa, Professor José Antônio, com quem temos longa tradição de luta no Distrito Federal pela qualidade da educação e a todos e todas que acorreram à reflexão também deste tema nesta audiência pública. Saúdo, portanto, o Deputado pela iniciativa de abrir este debate.

Eu proponho que a abordagem que pretendo fazer nessa intervenção seja mais no sentido de colaborar com a comissão e com a Câmara Legislativa na construção de parâmetros e referências de caráter legal, pedagógico e de políticas educacionais, para uma análise do que tem sido feito na experiência de educação integral no Distrito Federal. Eu parto da evidência da falta ainda de uma diretriz curricular da educação integral para o sistema de ensino do Distrito Federal. Essa diretriz, pelo



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião   | Página       |
|----------------|----------------|--|--------------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL<br>ÂMBITO DO DF | -<br>NO<br>5 |

menos, não está ainda anunciada. A tramitação de uma diretriz necessariamente tem que ser encaminhada ao Conselho de Educação do Distrito Federal para que se transforme numa normativa para o sistema. E aquilo que está disponível para o grande público e para o próprio sistema é o chamado documento norteador para a construção coletiva das diretrizes para a educação integral do Distrito Federal, de abril de 2009, disponível no sítio eletrônico da Secretaria Extraordinária de Educação Integral do DF. Para cumprir esse objetivo de tentar colaborar com a construção de marcos legais, pedagógicos e de política educacional, pretendo focalizar essa intervenção em três blocos. Primeiro, porque acho que isso colabora com a compreensão da construção da educação integral no Brasil, levantar alguns elementos de história da educação brasileira no campo da educação integral. No segundo bloco, levantar alguns fundamentos legais, marcos normativos que sustentam uma proposta de educação integral no Brasil. E por fim, o que de alguma forma estará também integrado nesses dois blocos anteriores, levantar os fundamentos pedagógicos para aquilo que se compreende ser chamado de educação integral.

[[[**SUPER:** 1) INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (hoje, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira --- vide: <http://www.inep.gov.br/>). Obrigando. **Marco.**]]]

Jacqueline Rayol t-18 --- rev.: marco, R07;



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL -<br>ÂMBITO DO DF NO | 6      |

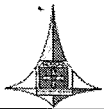
os fundamentos pedagógicos para aquilo que se compreende ser chamado de educação integral.

Bem, elementos históricos do Brasil. Nós precisamos focalizar, de maneira mais enfática, a década de 1930, quando pelo menos 3 movimentos chamaram a atenção da população para a necessidade de uma educação integral. Cito aqui inicialmente o movimento integralista, de caráter reconhecidamente conservador, com bases na espiritualidade, no nacionalismo cívico e na disciplina férrea. Lembro aqui a figura histórica de Plínio Salgado e de seus seguidores. Portanto, um movimento de absoluto conservadorismo no campo da educação.

O segundo foi o movimento anarquista, já contrário a essa primeira concepção. De uma forma emancipadora, pensou na educação integral com base nas ideias de igualdade, autonomia e liberdade humana.

E talvez o que seja o mais importante para nós, porque esse terceiro movimento acabou por se materializar efetivamente em experiências pedagógicas, as experiências dos liberais na educação, na década de 1930. Ficou conhecido, no campo educacional, como o movimento dos pioneiros da educação. E lembramos aqui de figuras históricas como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Roquete Pinto e outros mais.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação, um documento de 1932, já chamava a atenção para a necessidade da implementação de um sistema público de educação

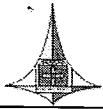


| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL<br>ÂMBITO DO DF - NO | 7      |

que fosse capaz de dar às crianças um programa completo de leitura, aritmética, escrita, ciências físicas e sociais, artes industriais, desenho, música, dança, educação física, saúde e alimentos. De maneira que a criança pudesse passar todo o tempo de escolaridade na escola, sem a necessidade de ter a complementação de tarefas escolares em casa, e com uma concepção de integração de conteúdos que, de fato, compunham uma ideia de educação integral.

Cabe destacar ainda que esse modelo, que se materializou especialmente pelas mãos de Anísio Teixeira, deu-se em 2 grandes momentos. O primeiro foi em Salvador, na década de 1950, com a criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, onde se compunha a ideia de escola classe e escola parque. De maneira que a criança tinha um turno de atividades acadêmicas, propriamente de aprendizagem, no sentido mais restrito da palavra, e, em um segundo turno, as atividades complementares na escola parque.

Essa experiência foi transportada, na década de 1960, para Brasília, cidade que estava sendo criada naquele momento, inaugurada, quando Anísio Teixeira foi convocado, como Presidente do INEP, por Juscelino Kubitschek, para coordenar uma comissão que JK chamou para a criação de um plano humano para Brasília. Já que Brasília tinha um plano urbano, era necessário que tivesse também um plano de ocupação humana.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL<br>ÂMBITO DO DF - NO | 8      |

E Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e outros renomados educadores criaram a ideia do sistema público de educação para Brasília, o sistema educacional da Capital, que deveria ser, estava destinado a ser, um modelo educacional para todo o País. Desse modelo faziam parte o Plano de Educação Básica e a Universidade de Brasília. Portanto, havia uma complementação de todos os níveis educacionais, desde a educação infantil até a educação superior.

O nível denominado elementar, que é o equivalente hoje aos anos iniciais do ensino fundamental, até o quinto de escolaridade, foi concebido, portanto, no chamado modelo de educação integral para Brasília, que deveria ser, insisto, um modelo para todo o País. Foi inspirado no modelo de Salvador, de escolas classe e escolas parque, mas muito mais evoluído do que aquela experiência inicial de 1950.

É bom lembrar que o plano urbano de Lúcio Costa, o chamado centro histórico de Brasília, as primeiras quadras que foram construídas, tratava de uma ideia de unidade de vizinhança. Isso era a composição de 4 superquadras que deveriam conter todos os serviços necessários à qualidade de vida da população.

No campo da Educação, isso se constituiria

s/

[[[**SUPER**: 1)CIEP – Centro Integrado de Educação Pública; 2)CEU – Centro de Educação Unificada. Obrigado. **Marco**.]]]

Ronaldo --- rev.: marco, R07;



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião   | Página       |
|----------------|----------------|--|--------------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL<br>ÂMBITO DO DF | -<br>NO<br>9 |

No campo da Educação, isso se constituiria pela construção de um jardim de infância em cada uma das superquadras, uma escola classe, nas mesmas superquadras, e, de quatro em quatro quadras, a construção de uma escola parque, onde as crianças deveriam, no contraturno, ter a complementação de todas as atividades artísticas, culturais, literárias, com uma boa biblioteca, um bom serviço de alimentação, piscina e esporte.

Isso está retratado na escola da Quadra 308 Sul de maneira muito material. Ela pode ser visitada e utilizada ainda, não com aquela concepção de que a criança e o adolescente estariam todos os dias na escola; hoje, infelizmente, apenas com algum tempo ocupado.

Digo isso porque penso que assim como o plano urbano de Brasília está tombado, na nossa concepção de educadores, o sistema educacional de Brasília também está tombado. A ideia original de Anísio Teixeira, ela precisa ser sempre considerada como um modelo de educação integral a ser experimentado em nossa cidade.

Quero lembrar aqui rapidamente ainda a experiência de 1980, dos chamados CIEPs, concebidos por Darcy Ribeiro no Governo Brizola, nos 2 Governos Brizola, no Estado do Rio de Janeiro, com a construção de mais de 500 prédios nessas duas gestões, com muitas inovações e muitas críticas. A principal delas, que essas escolas funcionavam de maneira paralela ao sistema educacional do Rio de Janeiro: tinham



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL<br>ÂMBITO DO DF - NO | 10     |

toda uma estrutura diferenciada, professores contratados somente para essas escolas, recursos para essas escolas, e as demais do sistema, esquecidas.

Na década de 1990, também o Governo Democrático e Popular, que se instalou no Distrito Federal, a partir de experiências municipais de educação – eu citaria aqui os municípios de Belo Horizonte e Porto Alegre –, resolveu pela criação de uma proposta curricular que foi denominada escola candanga e tinha também a extensão da jornada escolar com muitas inovações no projeto pedagógico dessas escolas.

Na década de 2000, mais recente portanto, as experiências dos chamados CEUs, em São Paulo, que, mesmo não sendo assumidas como experiências de educação integral, pela proposta de integração das diversas atividades culturais, cívicas, recreacionais, podem ser também consideradas experiências interessantes a serem analisadas.

O que é importante destacar nesse conjunto de experiências é que elas revelam concepções, princípios filosóficos e ideológicos que são absolutamente diferentes.

Do meu ponto de vista pessoal, acho que Brasília historicamente tem sua experiência. Não é? As escolas classes e as escolas parques são a vocação de educação integral do Distrito Federal. Sempre adiada, sempre protelada e com o incrível esquecimento das cidades que foram sendo criadas no Distrito Federal, uma



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL -<br>ÂMBITO DO DF NO | 11     |

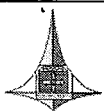
vez que apenas o Plano Piloto foi contemplado com a construção de 4 escolas parque, não mais do que isso.

Adiantando aqui, portanto, algumas considerações de caráter pedagógico em relação a essas experiências. É facilmente percebível que elas conjugam elementos de tempo e de espaço escolar. A ocupação do tempo da criança e do adolescente, dos professores, da comunidade escolar, e o espaço que é destinado a essas atividades.

A extensão de horário visivelmente não redimensiona sozinha aquilo que se chama educação integral. Reside aqui, eu acho, a diferença fundamental entre educação de tempo integral e educação integral. As duas podem se conjugar, mas não são necessariamente a mesma coisa.

Mais recentemente, a gente poderia citar experiências de municípios como Belo Horizonte, Nova Iguaçu, Apucarana e outros mais.

Bem, vistos esses elementos históricos, penso que seria interessante traçar, como disse, elementos de caráter legal, marcos regulatórios da educação integral no Brasil, para que a gente possa compreender que aquilo que se faz em termos de experiência nessa área tem um apelo legal. A legislação, de alguma forma, induz e, em alguns casos, determina que isso seja feito.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA -<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL NO<br>ÂMBITO DO DF | 12     |

A Lei de Diretrizes e Bases, que é a nossa lei maior de educação, de 1996, prevê a ampliação progressiva da jornada escolar no ensino fundamental. Portanto, a escolaridade, até o nono ano,

s/Kleber

### **Glória**

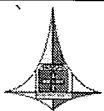
Portanto, a escolaridade, até o 9º ano, no ensino fundamental, tem a previsão de que eles sejam gradativamente ampliados para um tempo integral.

O art. 3º da mesma lei admite “experiências extraescolares”, ou seja, experiências que sejam realizadas fora da escola, em parceria com outras instituições. Portanto, aqui já há uma previsão de que a gente pode ter experiências pedagógicas dentro da escola e fora do ambiente escolar – o que não significa que a conjugação delas, necessariamente, possa caracterizar a educação integral.

O que eu acho importante ressaltar, nesse sentido, é que, em qualquer situação, dentro ou fora da escola, qualquer atividade que seja de complementação ou de extensão do período escolar deve ser uma ação que justifique uma demanda, que essa ação seja uma resposta a uma demanda da sociedade, e que essa demanda respondida esteja formalmente inscrita no projeto político-pedagógico da escola.

Ações que são realizadas fora do projeto político-pedagógico, perdoem-me, eu acho que não podem ser consideradas como atividades propriamente escolares. O

SPL Nº 1979 2010 - Folha Nº000014 R.17A



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA -<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL NO<br>ÂMBITO DO DF | 13     |

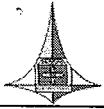
projeto político-pedagógico é o retrato, é a carteira de identidade pedagógica da escola.

Talvez as grandes limitações que temos hoje, em termos de tudo que a escola vem fazendo, ocorram porque o projeto político-pedagógico se transformou, na maioria dos casos, numa peça de ficção, em que diretores fazem o projeto político-pedagógico sozinhos – em alguns casos os projetos político-pedagógicos são comprados pela escola –, de maneira que os professores, por determinação da Lei de Diretrizes e Bases, que são participantes necessários do projeto político-pedagógico, são muitas vezes deles afastados.

Então, se essa vinculação do projeto político-pedagógico com as atividades não estiver presente, o papel dessas atividades, mesmo com organizações parceiras, elas não se constituem mais do que uma ação de proteção social à criança e ao adolescente, ainda que meritórias.

Eu hei de concordar que é melhor que uma criança ou um adolescente tenha o seu tempo ocupado numa ação acompanhada de alguma forma pela escola, ainda que ela não esteja integrada no projeto político-pedagógico, mas não vamos chamar isso propriamente de uma ação educacional, mas uma ação de proteção social.

Um segundo elemento é o Estatuto da Criança e do Adolescente. O art. 53 determina o desenvolvimento integral da criança e do adolescente que requer uma determinada forma de proteção – daí a necessidade de haver um sistema articulado



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL<br>ÂMBITO DO DF - NO | 14     |

e integrado, do qual a escola faz parte. Mas ela não é, sozinha, a instituição que deve fornecer a proteção integral para a criança e o adolescente. Nós temos de pensar aqui, quando enfocarmos as ações, nos sistemas de saúde, de ação social, de segurança pública e outros mais. A escola é um deles – isso para que a gente possa lembrar também que a escola não é remédio para todos os males da sociedade, apesar de muitas vezes ser chamada a responder a essa demanda.

Um terceiro elemento, além desses dois – a LDB e o Estatuto da Criança e do Adolescente –, é o próprio Plano Nacional de Educação, de 2001, que começa a chegar ao seu final de vigência agora, no ano próximo, e que retoma e valoriza a educação integral como mecanismo de formação da pessoa humana, considerando a necessidade de extensão do tempo de educação para a educação infantil e o ensino fundamental, com uma meta de ampliação progressiva da jornada escolar para pelo menos 7 horas diárias, com prioridade para crianças das camadas sociais mais necessitadas e daquelas famílias cujos pais, ambos, trabalhem fora de casa. O PNE, Plano Nacional de Educação, nesse sentido, valoriza aspectos de assistência social na ocupação do tempo da jornada escolar, não dando tanta ênfase, como se esperaria de um plano nacional de educação, aos aspectos educacionais e pedagógicos.

Por fim, a Emenda Constitucional nº 53, que instituiu o FUNDEB – fundo que financia a educação básica para os sistemas públicos de educação, e que também inclui, necessariamente, a valorização dos profissionais e dos trabalhadores em



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL<br>ÂMBITO DO DF - NO | 15     |

educação –, que considera a ampliação da possibilidade da oferta de educação integral

### s/Quarto 6

### Glória

considera a ampliação da possibilidade da oferta de educação integral na medida em que ela diferencie coeficientes de remuneração de matrículas quando a escola tem uma jornada ampliada. Em palavras mais simples, se uma escola resolve fazer uma ampliação de jornada, ela pode receber um dinheiro a mais do que outra que não tem esse tipo de estratégia.

Isso fez com que nós tivéssemos a necessidade de uma conceituação legal na própria emenda para aquilo que se entende como educação integral, por causa dos recursos do FUNDEB. Essa emenda constitucional precisava conceituar aquilo que se entende como educação integral para financiar ou não essas experiências. E isso se fez pelo Decreto nº 6.253, de 2007, que textualmente estabelece o seguinte: “Educação básica em tempo integral é a jornada escolar com duração igual ou superior a 7 horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares”.

Então, eu não posso conceber que uma escola, porque oferece almoço para criança num determinado horário ou porque tem meia dúzia de seus alunos fazendo uma atividade esportiva na quadra ao lado da escola, seja avaliada como de



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL<br>ÂMBITO DO DF - NO | 16     |

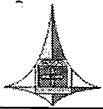
educação integral. A educação integral se dará na medida em que a criança passe 7 horas ou mais no sistema escolar, protegido por essa normativa do Decreto Federal. Mais uma vez, aqui temos a diferença entre a ampliação da jornada escolar, mesmo que em tempo integral, e aquilo que denominamos educação integral no campo da educação. Estamos falando de quantidade de tempo e de qualidade do tempo utilizado.

Por fim, refiro-me aos aspectos pedagógicos e de política educacional, considerando que esses talvez sejam os principais que devemos levar em consideração.

O primeiro deles é a questão do direito humano à educação de qualidade. Isso está estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completa neste ano 61 anos de existência, e da qual o Brasil é um dos signatários. Todas as legislações que regulam o direito humano à educação, que são essas a que eu me referi, consideram a necessidade da oferta de uma educação de qualidade e consideram que a educação é a porta de entrada para a conquista dos demais direitos, e a condição, portanto, para a construção da democracia e do próprio Estado Democrático de Direito.

O segundo elemento é a escola como espaço público. Há um fundamental aspecto nessas conquistas. A valorização da escola pública de qualidade é o único

SEN Nº 19199 2010 - Folha Nº000018 R 17A



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL -<br>ÂMBITO DO DF NO | 33     |

Com relação a dados, os macronúmeros são esses. Podemos também esmiuçar alguns dados que forem necessários.

Basicamente, esta é a concepção de educação integral que o Ministério da Educação vem desenvolvendo em forma de programa desenvolvido para todo o Brasil.

Estamos trabalhando com quatro princípios norteadores. Um deles é a ampliação de tempo escolar. Inclusive, já está em fase final um decreto presidencial para instituir definitivamente a educação integral no País. Sabemos que não são necessários tantos marcos legais porque a LDB e o ECA já determinam isso e também a própria Constituição Federal.

Precisamos também ter algum parecer do Conselho Nacional de Educação, porque se fala em educação integral, mas não se determina qual educação integral se deseja.

Acompanhei um pouco a fala do Professor Erasto, e o caso não é trancar os meninos na escola por três horas e depois deixar que eles saiam e dizer que isso é educação integral. Não é esse o pensamento, por isso estamos construindo e cunhando um campo epistemológico porque sabemos que esse paradigma de educação integral não exige grandes literaturas, embora a gente tenha que reconhecer todo o esforço que foi feito anteriormente por duas figuras ícones: Anísio Teixeira, autor das escolas-parques em Brasília, que se esforçou muito para



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL -<br>ÂMBITO DO DF NO | 34     |

implantar a educação integral no País e Darcy Ribeiro, no Rio de Janeiro. Há também outras iniciativas como os CEUS, em São Paulo, que, embora sirva não só para a educação integral é mais um complexo, um equipamento social. Enfim, há várias outras iniciativas. Fizemos uma pesquisa com várias universidades federais do Brasil, especificamente, cinco universidades que adotam a educação integral ou ações complementares e o retorno que tivemos dos cinco mil municípios foi em torno de dois mil e quinhentos, metade dos municípios e, em mil e setecentos, havia alguma ação complementar. Então, ninguém está inventando a roda, os municípios e as escolas já têm feito muitas ações nesse contexto.

Quais são os quatro princípios com que temos trabalhado? Primeiro, a ampliação de tempo. O FUNDEB fala em três horas a mais. Como eu disse, não há nenhum parecer do Conselho Nacional.....sLuciana

Nara/R06

o FUNDEB fala em três horas a mais. Como eu disse, não há nenhum parecer do Conselho Nacional. A gente vem conversando para construir algum documento do Conselho Nacional de Educação para a gente realmente colocar no papel que é uma educação integral de fato.

Esses conceitos não foram tirados da nossa cabeça. Esse material está sendo distribuído em todas as escolas — a série Mais Educação —. Esses conceitos foram construídos com o terceiro setor — aqui, atrás, assinam várias entidades, como Casa



| Data |    |      | Horário Início | Sessão/Reunião                        |                     |         | Página |
|------|----|------|----------------|---------------------------------------|---------------------|---------|--------|
| 27   | 11 | 2009 |                | AUDIÊNCIA<br>EDUCAÇÃO<br>ÂMBITO DO DF | PÚBLICA<br>INTEGRAL | -<br>NO | 35     |

das Artes, Centro de Imagem Popular, Cidade Aprendiz... Também a CNTE, com o sindicato, pois sabemos que existe uma preocupação com a questão da precarização do trabalho.

Então, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação participaram CONSED, UNDIME, universidade, UNIRIO, UFMG, enfim, foi um debate nacional sobre a educação integral do qual se tiraram os princípios que abordarei:

A ampliação de tempo escolar. Mas esse não é o principal paradigma a ser quebrado. São três horas, por quê? Porque, se for menos que isso, não gera sustentabilidade para o Estado ou município. Senão, ele vira um programa como tantos outros que a gente já viu, ou seja, acaba o dinheiro, acaba o programa. Com três horas, esse aluno — o censo escolar é feito por aluno — vai para o FUNDEB. Daí, o fator moderador deixa de ser 1 e passa a ser 1.25 para o aluno que estiver em educação integral. Isso gera uma média de 25% a mais de recursos que permite que, mesmo com a saída do Ministério, o Estado ou o município consiga fazer educação integral com o recurso do FUNDEB.

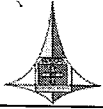
A segunda questão é a ampliação de espaços. Fizemos uma ampla pesquisa, e a gente se inspirou em alguns modelos no Brasil — Apucarana, no Paraná; Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro; Belo Horizonte, Minas Gerais; Ariquemes, enfim, em outras iniciativas que já faziam educação integral. Ampliação de espaço significa fazer as atividades também fora da escola. Aí, outros conceitos são trazidos, como o



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL<br>ÂMBITO DO DF - NO | 36     |

de cidade educadora, porque a gente sabe que há dois motivos para se fazer as atividades fora da escola. Primeiro, para ser bem pragmático, hoje, se fôssemos fazer educação integral somente dentro da escola, não conseguiríamos fazer educação integral no País, porque sabemos — aqui, há vários alunos e professores — que não há espaços nas escolas. Elas foram construídas sob outro paradigma que era aluno pela manhã, aluno à tarde, à noite, o EJA e quadra para educação física. Então, não é possível. Também decidimos que não precisa ser com todos os alunos da escola. O repasse vai ser proporcional ao número de alunos que a escola queira fazer, e o plano quem faz é a escola, não é o Estado nem o município. A escola faz o seu plano, escolhe as suas atividades — isso vai variar o repasse do valor — e também o número de alunos que vai começar.

Então, é ampliação de tempo e do espaço e, trazendo um argumento foucautiano, a educação integral quebra esse paradigma de as atividades terem de ser feitas só dentro da escola, só entre quatro paredes. Não é uma instituição total. A escola começa a se relacionar com a comunidade, começa a se relacionar com o seu entorno e também começa a discutir os saberes não formais, que são aqueles saberes que a gente sabe que toda comunidade tem. Para isso, o MEC também produziu — isso foi produzido agora — um livro para os professores que se chama *Mandalas da Educação*. É onde a gente consegue ver que cada comunidade tem sua riqueza cultural e isso não pode ser desperdiçado. Então, começa-se a fazer a



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA -<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL NO<br>ÂMBITO DO DF | 37     |

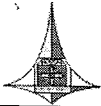
relação da escola com esse entorno. Esse material é justamente para os professores verem como eles fazem uma atividade de matemática e a relaciona com a questão da comunidade, da capoeira que tem um mestre, ou de outras atividades.

Depois da ampliação do espaço, a outra ampliação é a de atores sociais. O Mais Educação traz essa questão de ampliar os atores sociais, porque a gente sabe que não dá para fazer educação integral nem educação somente com professores. Então, a construção de pontes com outros setores é fundamental. Se pegarmos hoje um aluno

s/Liana

Nara/R06

Então, a construção de pontes com outros setores é fundamental. Se nós pegarmos hoje um aluno, por exemplo, em trabalho infantil, a gente sabe que ele não vai ter o rendimento suficiente para aprender. Ele vai ter sonolência na escola, ele não vai à escola porque ele está cansado... Enfim, outras atividades e as próprias questões de saúde. A gente sabe que o grande problema por que os alunos não aprendiam era em razão da acuidade visual. Então, se o aluno não enxergar o que está escrito ou se não conseguir ler, às vezes, o problema não é o de não conseguir ler, o problema é porque ele não enxerga mesmo. Então, o Mais Educação tem construído pontes em nível de Governo federal e local porque a exigência do programa é que se construam comitês metropolitanos e que todas as decisões passem por um comitê



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL NO<br>ÂMBITO DO DF | 38     |

metropolitano intersetorial. Tem que haver atores da saúde, da assistência, dos direitos humanos, do esporte, enfim, uma mesa mais multi possível. Isso já existe em vários municípios. Na última pesquisa que fiz, dos vinte e sete Estados, retornaram doze. Seis já têm comitês metropolitanos que definem as políticas em geral e fazem a articulação intersetorial.

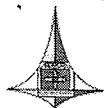
A quarta questão é a ampliação das oportunidades para as crianças aprenderem. Esse programa só existe para garantir o direito de aprender. Escola é legal porque a alimentação vai estar reforçada, o pai vai conseguir trabalhar legal, descansado, porque o filho está na escola, mas essa escola tem que garantir o direito de aprender. A gente tem trabalhado insistentemente, embora não seja fácil, a questão de haver duas escolas. É uma tentação muito grande. Uma escolinha legal, que não exige nota, que não exige presença e outra que é uma escola chata, que exige presença, que exige nota, à qual os alunos nem querem ir. Só querem ir num turno. Então, a gente tem feito todo um trabalho e tem conversado nas escolas. Inclusive, a gente produziu um material de gestão intersetorial, voltado mais para gestores, para os diretores de escola. Esse material foi produzido com o CENPEC, mas foi discutido com toda a Esplanada, com os outros ministérios como é que se faz para que essas atividades tenham que servir para melhorar a condição de aprendizagem do aluno; não simplesmente para ir lá, brincar e se divertir. Se ela não servir para melhorar o conhecimento do aluno na Matemática, no Português, na



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA -<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL NO<br>ÂMBITO DO DF | 39     |

História, não adianta educação integral. A gente tem colocado isso nos documentos e tem insistido muito na questão de haver uma escola que reforce essa questão da aprendizagem.

Enfim, em linhas gerais, isso é o que a gente está pensando em termos de educação integral. Ela foi toda feita numa concepção societal. Então, é com a participação das pessoas, é no diálogo, é na concertação que se constrói a educação integral, porque ela tem toda uma relação com a comunidade. Então, não é possível fazer um plano de educação integral se a diretora não conversar com a comunidade para saber quais as atividades que querem; quem é, na comunidade, que articula essas ações. Para isso também, na educação integral, há uma figura fundamental que a gente não chama de coordenador pedagógico, porque ele tem uma formação ampliada, mas é também coordenador pedagógico. Por isso fizemos um acerto com a CNTE, porque o processo não pode sair. A escola tem que ter a centralidade do processo da educação integral. Essa educação integral vai ter outros atores. Por exemplo, na capoeira, eu não vou conseguir professor formado para dar aula de capoeira, ou não teria aula de capoeira. Dificilmente eu encontraria alguém. E também em outras atividades, como em alguns tipos de dança... Mas a escola não pode perder a centralidade, e a contrapartida do município é ter um professor com, no mínimo, vinte horas, que vai ser o coordenador pedagógico, que a gente chama de professor comunitário.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL -<br>ÂMBITO DO DF NO | 40     |

Esse professor comunitário, além da parte pedagógica, de não existir — por isso que ele tem que ser professor. Não pode ter duas escolas separadas; tem que ser uma escola só, e essas atividades têm que servir para melhorar a escola —, tem a função ampliada de fazer a articulação com a comunidade. Então, esse tem que ser um professor da Rede.

s/ Cláudia

Ive

articulação com a comunidade. Então, esse tem de ser um professor da rede, não pode ser eleito, não pode ser uma pessoa que tem uma *expertise*, não pode ser nada, para não fugir à centralidade da escola.

Além disso, há outros processos, todos construídos. Foi construída uma política "societal", como disse para vocês, a começar pelo repasse financeiro, o DDE- Dinheiro Direto na Escola. A gente sabe que não acontece, mas só darei um exemplo esdrúxulo, se a diretora quiser gastar o dinheiro todo para comprar um ar condicionado para pôr na sala dela, ela vai precisar da opinião do conselho escolar. Então, o Dinheiro Direto na Escola é o recurso mais bem utilizado na educação deste País.

A outra questão é referente aos comitês - eu já falei isso para vocês - que podem ser metropolitanos e locais também. Nós procuramos criar vários níveis para que a política pública não fique simplesmente ou no gabinete do MEC ou no gabinete



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL<br>ÂMBITO DO DF - NO | 41     |

do Estado ou no gabinete da diretora da escola, pois há vários níveis, mas a gente tem feito um monitoramento mais ou menos do que tem acontecido no Brasil. Especificamente, nas questões iniciadas e não iniciadas, sabemos que o país é muito grande e a nossa aposta toda é no controle social, já que não vamos conseguir estar em 10 mil escolas. Então, como não podemos trazer todo mundo para Brasília, nem mesmo quando fazemos os eventos no Ministério da Educação, não podemos reunir todos os diretores de escolas, são 10 mil escolas, temos repassado essa responsabilidade de selecionar, de dialogar com as escolas ao comitê metropolitano, para que ele possa ter um diálogo direto com as escolas.

Bom, em linhas gerais, eu poderia falar mais, pois produzimos vários outros documentos, livros em CD sobre educação integral, um bom apanhado do que foi produzido está aqui dentro. O livro *Tecendo Rede para a Educação* faz uma integração legal com assistência; o livro *Muitos lugares para Aprender* fala dos locais onde se aprende, que não é só na escola, sabemos disso. Nós, adultos, sabemos disso tão bem quanto as crianças, porque sabemos que a gente aprende no diálogo do dia a dia, na visita que se faz ao museu e quando não sabemos as coisas, não perguntamos para uma única pessoa, pesquisamos no *google*, na *Internet*, conversamos com alguém, perguntamos para alguém.

Há esse material que foi produzido pela *Escola que Protege*, produzido por Vicente Paulo Faleiros e Eva Silveira Faleiros, eu coordenava esse programa na



| Data |    |      | Horário Início | Sessão/Reunião                        |                     |         | Página |
|------|----|------|----------------|---------------------------------------|---------------------|---------|--------|
| 27   | 11 | 2009 |                | AUDIÊNCIA<br>EDUCAÇÃO<br>ÂMBITO DO DF | PÚBLICA<br>INTEGRAL | -<br>NO | 42     |

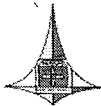
época, e ele tratava do enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes que é para professores. Por melhor que seja o professor, – como eu disse – se tiver algum problema de violência ou coisa assim, a criança não aprende. Há um material produzido passo a passo, pois esse material é um pouco do que já foi produzido na educação integral no País e mostra um pouco como é que o diretor faz, é tipo uma cartilhinha, com fotos bem fáceis de ler e redes de aprendizagens, que cita os municípios. Foi feita uma pesquisa realizada pela UNICEF, em que se verificou o que há de bom nas redes de aprendizagem e uma das questões que há nas melhores redes do país é a questão da educação integral.

Em linhas gerais, eu tentei apresentar como nós estamos pensando a educação Integral, procurei fazer mais um discurso *latu* aqui, até porque acompanhamos o Brasil como um todo e mais especificamente as questões do GDF, alvo de discussão aqui. O que for perguntado, dentro do possível, poderemos responder.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Quero agradecer ao Professor Leandro e adianto as minhas desculpas ao Professor José Antônio, - com quem comentava -, ao Professor Erasto, a todos e a todas, pois o STJ acaba de liberar o sigilo das investigações, de maneira que o tempo todo eu estou recebendo telefonemas com notícias, pedindo que eu fale à imprensa. De maneira que, sendo

ATA  
D  
177



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL<br>ÂMBITO DO DF - NO | 43     |

um fato, absolutamente “novidoso”, nós não estávamos, quando resolvemos fazer essa audiência, preparados para enfrentar as duas questões, e eu não posso deixar de fazer esse debate.

Eu queria pedir imensas desculpas a todos e a todas, isso não tem s/ Ney  
Ive

Então, eu queria pedir imensas desculpas a todos e a todas, acho que isso não tem que prejudicar a altivez e a estatura do debate.

Quero anunciar com imensa honra e satisfação a presença das seguintes pessoas: Olavo Medeiros, Diretor do Sinpro; Roberto Liao, Diretor do CBCE/DF; Ana Elen Ferreira Soares de Oliveira, Diretora do CEF 15 do Gama; José Carlos Cardoso Motinho, Vice-Diretor do CEF 13 do Gama; Osvaldo Pereira de Freitas, Coordenador do CEF 15 do Gama; Jamim Filho Vieira Matos, monitor do CEF 15 do Gama; Adriana Cristina Santos Silva, Professora da Secretaria de Educação; Wijairo José C. Mendonça, professor e músico da SEE/DF; Maria das Dores Souza, professora do Sinpro/DF; Ivana Sant’Ana Torres, professora da SEE/DF; Otamir Silva de Castro, professor do FEDF-CEF Polivalente; Johanne Janz Alves, educadora da Secretaria de Educação, na Escola Ação Social do Planalto; Eufrázia de Souza Rosa, professora da SE/DF; Olímpio Sabino Lourenço, professor do CEF 15 do Gama, que esteve conosco na preparação; Carlos Humberto Batista Soares, professor do CEF 15 do Gama; Thainá Rocha de Souza, estudante do CEF 15 do Gama; Mikaele Rodrigues da Silva,



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL -<br>ÂMBITO DO DF NO | 44     |

estudante do CEF 15 do Gama; Felipe Custódio dos Santos, estudante do CEF 15 do Gama; Jonnathan Rodrigues da Silva Santos, estudante do CEF 15 do Gama; Raphaela Gomes Vitoriano, estudante do CEF 15 do Gama; Wesley de Sousa Costa, estudante do CEF 15 do Gama; Marcos Brasil O. P. Lotte, estudante do CEF 15 do Gama; Amanda Gabriela Oliveira Ferreira, estudante do CEF 15 do Gama; Layna Sanches Machado, estudante do CEF 15 do Gama; Arthur Calazans Castro, estudante do CEF 15 do Gama; Rosângela Silva Almeida, estudante do CEF 15 do Gama; Brenda Laila Tavares de Santana, estudante do CEF 15 do Gama; Kellen Lopes Barbosa, estudante do CEF 15 do Gama.

Quero agradecer imensamente a presença de todos. Isso é de fundamental importância para a contribuição no debate. Há três inscritos, que eu gostaria que utilizassem o púlpito. São três minutos regimentais, por ordem de inscrição, concedo a palavra ao Professor Olímpio Sabino Lourenço, que inclusive participou da preparação dessa audiência conosco, que tem sido um grande entusiasta do tema. (Palmas.)

SR. OLÍMPIO SABINO LOURENÇO – Gente, primeiro, boa-tarde para as pessoas que eu não vi, os colegas os quais vieram comigo de ônibus, eu já os cumprimentei, eu gostaria de cumprimentar a Mesa. Mais uma vez, quero agradecer ao Deputado Chico Leite pelo empenho de tocar esse debate da educação integral, que, para nós, é bastante importante.



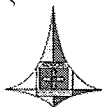
| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião   | Página        |
|----------------|----------------|--|---------------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL<br>ÂMBITO DO DF | -<br>NO<br>45 |

Quero dizer a todos logo de saída da nossa tristeza com a fuga do Governo do Distrito Federal em debater as questões da educação integral, seja com a categoria de professores, seja com o sindicato ou com a sociedade.

Fica extremamente difícil, e falo isso ao representante do MEC, anteriormente eu tive a oportunidade de pesquisar e ler, inclusive no *site* do MEC, os documentos aos quais o senhor fez referência, e todos os documentos que tratam de educação integral partem do pressuposto de debate, de diálogo, de integração com a comunidade. O Governo do Distrito Federal foge sistematicamente do debate e implementa propostas que, do nosso ponto de vista, descaracterizam tanto a concepção do Ministério da Educação quanto as concepções teóricas aqui arroladas pelo professor Erasto. Não me cabe debater as questões apresentadas pelos senhores, que têm mais competência do que eu para isso, cabe-me aprender com elas, mas fica muito claro que a concepção implementada pelo Governo do Distrito Federal foge tanto de uma concepção quanto de outra.

O que temos experimentado no Governo do Distrito Federal como proposta de educação integral não significa educação integral. É uma coisa lastimável o que se faz com a educação em Brasília, e a prova disso é a fuga ao debate.

Eu gostaria de deixar isso registrado muito pesarosamente. Tivemos boas experiências de educação integral, o Professor Erasto conhece essa experiência, eu pude trabalhar numa experiência de educação integral, que foi a Escola Normal,



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL<br>ÂMBITO DO DF - NO | 46     |

enquanto ela existiu em Brasília, que também foi uma experiência bastante exitosa de educação integral, onde havia formação de recursos humanos, onde havia espaço adequado, s/Ana Lúcia

REVISORA: VERONICA espaço adequado e não tinha mais do mesmo. (SUPER, ELE SE REFERE A ESTA EXPRESSÃO "MAIS DO MESMO" VÁRIAS VEZES. PREFERI MANTER. ELE SE REFERE MAIS OU MENOS À MESMA ESTRUTURA VIGENTE NO ENSINO.) O que me preocupa enormemente é a educação integral. Vínhamos para cá debatendo com um monitor que atua na nossa escola, dizendo: "Olha, a mim não interessa que meus alunos que aqui estão tenham mais do mesmo. A minha aula chata eles já têm, todos os dias, pela manhã. Olha, eu sou velho, barba branca, voz chata. Essa 'chatura' toda eles já aguentam. Eu tenho que cobrar presença e chegar no horário. Essa parte já temos. Agora, quando é que esses meninos vão ter a oportunidade de obter um encantamento pela educação e pela descoberta do conhecimento?" Não consigo entender que isso possa se dar por monitores. Não consigo. De fato, não consigo pela falta de preparo que eles têm. Não cabe aqui apresentarmos currículo de a, b ou c. Mas eu acho que educação integral feita por pessoas diferentes, em espaços, horas e tempos diferentes, deixa de ser integral. Essa é uma questão séria para levarmos ao debate. Para mim é impossível educar um filho integralmente. E aí consideramos o aluno quase um filho. É impossível educar um filho se não se consegue acompanhar essa criaturinha, de manhã, no



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página |
|----------------|----------------|---|--------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL<br>ÂMBITO DO DF - NO | 47     |

meio do dia, à tarde e na hora de colocá-la na cama. E como eu vou fazer educação integral com um menino com quem eu trabalho por cinquenta minutos, largo, e outro colega trabalha com ele por cinquenta minutos, e, ainda, no meio da tarde, um monitor que não o viu vai ter contato com ele? É um integral meio aos pedaços. Isso é muito esquisito.

Para não me alongar muito, eu gostaria de chamar atenção para o montante que o Ministério da Educação tem colocado. Eu tive a oportunidade, esta semana, de estar na abertura do Fórum Mundial de Educação e vi os valores mencionados para a educação profissional e integral. São valores bastante significativos. E o Prof. Leandro menciona agora os valores para a educação integral, que também são significativos. E eu tenho muito medo que, nessa história dessa pulverização grande demais para escolas, que não têm tradição de participação, para estados que, como o GDF, têm governos autoritários a sua frente – é preciso que digamos que não temos um governo democrático popular aqui-, esses governos não vão construir conselhos participativos, não vão conceder autonomia de gestão para suas escolas. Assim, corremos o sério risco de todo um grande esforço e de um montante de recurso muito grande se perderem dentro dessa máquina chamada Governo do Distrito Federal. O modelo de gestão democrática que nós temos no GDF é lamentável. É um modelo que não tem nada a ver com gestão democrática. E como nós vamos fazer? Fazer gestão de recurso público, participação com governo



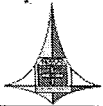
| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião   | Página        |
|----------------|----------------|--|---------------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL<br>ÂMBITO DO DF | -<br>NO<br>48 |

autoritário me desperta dúvidas. Certo? Eu tenho experiência de acompanhar algumas audiências públicas no setor de meio ambiente. A audiência pública é convocada à meia-noite, aparecem lá os empreendedores, e a população – sejam pescadores, sejam aqueles afetados por barragens - fica a margem disso. É a realidade. Eu tenho muito medo que isso ocorra na educação em Brasília.

Eu gostaria de mencionar essas preocupações. Eu sei que, legalmente, o MEC não pode interferir no GDF, mas a Câmara Legislativa pode. Então, é necessária uma vigilância da Câmara Legislativa, e até do MEC, no repasse de recursos, para essa bendita educação integral, que só é integral no nome. É mais do mesmo, quando não é mais do mesmo piorado, porque, sem falsa modéstia, a minha aula consegue ser melhor do que a do monitor de primeiro semestre do curso de Turismo. Está certo? O monitor do curso de Turismo não dá para ser responsável pela educação integral, assim como eu. Então, o que estamos tendo no Distrito Federal é um mais do mesmo piorado. Essas são preocupações que eu gostaria de passar. Parabens novamente a iniciativa do Deputado.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Agradeço ao Prof. Lincon. O Prof. Lincon tem dado uma contribuição intensa ao nosso debate.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião  | Página  |
|----------------|----------------|---|---------|
| 27   11   2009 |                | AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>EDUCAÇÃO INTEGRAL NO<br>ÂMBITO DO DF | -<br>49 |

Concedo a palavra ao Prof. Otamir de Castro para também fazer uso da palavra, lembrando que os senhores dispõem dos três minutos regimentais. Agradeço a contribuição dos senhores.

• SR. OTAMIR DE CASTRO – Eu nem ia me inscrever para falar, porque acredito que as pessoas que fizeram a exposição estão mais gabaritadas

s/18

REVISORA: VERÔNICA porque acredito que as pessoas que fizeram a exposição estão mais gabaritadas e com mais dados. Mas a paixão que me move pela educação me faz aventurar e arriscar algumas indagações com relação ao sonho do educador em propiciar a condição de que o jovem, de que a estudante e o estudante passem a gostar e passem a ser o fator mais ativo do processo de formação de um país, de uma nação, numa perspectiva de sair da escola já com a condição de trabalhar, de enfrentar o que vem aí fora.

Então, eu tenho uma preocupação muito grande, porque estamos discutindo com esses jovens e trabalhando com eles no dia a dia. As coisas mudam, a tecnologia avança, o sonho muda na cabeça das pessoas, e os ideários também. Então, o jovem é deixado de lado nessa questão. E os professores também são deixados de lado, porque há inversões de valores muito grandes. Tenta-se uma competência através da redução da história dos grandes pedagogos que este País já teve, como Paulo Freire, Anísio Teixeira e outros, que sonharam a necessidade de